



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor – ZEIS 1 / C008 – LA – Água Branca**

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove deu-se início às dezenove horas, em segunda chamada, no CEI Aníbal Di Francia, localizado na Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira, 383 – Água Branca, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da ZEIS 1 / C 008 – LA – Água Branca. Reuniram-se os representantes deste Conselho, conforme lista de presença anexa, que teve como pauta: 1) Leitura e aprovação da Ata da 2ª reunião ordinária realizada no dia 30/01/2019; 2) Elaboração do Plano de Urbanização de ZEIS; 3) Cronograma das reuniões ordinárias; 4) Assuntos Gerais. A reunião foi iniciada com assuntos gerais pertinentes ao Conselho, sendo proposto aos presentes que nomeassem um secretário para elaboração das atas, porém deliberado que as mesmas continuem sendo elaboradas pela Gerenciadora Social. Foi informado aos presentes que a reunião estava sendo gravada, visando maior clareza das informações no ato da elaboração das atas. A Sra. Maria José esclareceu o motivo do cancelamento da reunião ordinária que deveria ter sido realizada em 13/02/2019, foi por ter sido convocada a participar de uma reunião referente a uma remoção de área de risco. A Sra. Patrícia Saran esclarece sobre o registro realizado da reunião anterior, lamentando o fato de más interpretações terem sido realizadas sobre as colocações expostas. Destaca que as modificações e ajustes sugeridos são complementares as informações registradas na ata, bem como ressalta a necessidade de ser incluído o regimento aprovado, a fim de que o mesmo possa ser registrado em ata. Destaca que a função do registro da ata é de competência da Empresa Diagonal, e não dos membros do presente conselho, considerando inclusive a complexidade da elaboração do referido documento. Enfatiza a necessidade do registro do regimento considerando que o mesmo já foi alvo de suspeita de modificação. Por fim, destaca a importância da transparência na participação para a avaliação na sociedade. Sra. Patricia Saran faz uma proposta de encaminhamento que presente registro de ata seja feito de forma simplificada e resumida, considerando que esta é a primeira reunião, mas que para as demais o registro seja feito da forma mais completa possível, incluindo o envio do áudio da respectiva reunião junto à minuta de ata da reunião e solicita informações sobre a disponibilização dos documentos no site. A Sra. Maria Jose, informou que os documentos já foram disponibilizados, com exceção do Regimento Interno e a Ata referente à reunião do dia 30/01/2019. Posteriormente informará o site para os presentes. Em seguida a ata referente à 2ª reunião ordinária do dia 30/01/2019 foi lida pela Sra. Maria José. Após a leitura o Sr. Emerson solicitou

que na elaboração da próxima ata o seu nome fosse mencionado devido à responsabilidade com a comunidade e sua representatividade. A Sra. Ana Carolina achou que a ata elaborada foi muito evasiva, pois faltou muito das suas colocações e por se tratar de um documento, solicita ser citada através do nome completo e não pelo apelido. A Sra. Hemellin, ressaltou que a forma como foi colocada a sua fala ficou contraditória, pois assim demonstrou apenas preocupação com as famílias que residem nos barracos sendo que visa o melhor para a comunidade toda. Após algumas sugestões de revisão, ata foi aprovada pelos (as) conselheiros (as) presentes. A Sra. Maria Jose informou sobre a orientação jurídica de constar no Regimento Interno os artigos 49 e 50 do PDE, sendo a inclusão acatada pelos presentes. A Sra. Jupira solicitou para a Sra. Maria José apresentar a pessoa que está fotografando os participantes. A Sra. Maria Jose informou que haverá uma pessoa contratada pela SEHAB para fazer o registro de áudio e de imagens das reuniões do Conselho. Sra. Jupira alertou que para fazer registro de imagens é necessária à autorização dos presentes e sugere que isso seja sempre apresentado no início das reuniões, quem são as pessoas que estão fotografando e onde as fotos serão usadas e que as fotos sejam feitas do plano geral das reuniões e não de retratos.

Dando prosseguimento na pauta do dia, a Sra. Patricia Saran fez uma apresentação de metodologia do processo de elaboração participativa da sociedade com a administração pública, do Plano de Urbanização de ZEIS e suas três etapas, que prevêm conhecer a Zeis e todos que residem no perímetro, com a elaboração participativa do Diagnóstico Territorial, Diagnóstico Social e capacitação social para desenvolver diagnóstico participativo; realização de oficinas, reuniões e capacitação para identificar o que queremos e como queremos que deve ser onde moro, com aprovação de diretrizes, ações e estratégias, como por exemplo, o que deve ser tratado como emergencial e por fim, a elaboração de um plano de urbanização com o que é possível ser realizado, ressaltando a importância de decisão quanto ao futuro da ZEIS, considerando que este futuro remeterá aos sonhos de seus habitantes, enfatizando sobre a necessidade de compreensão de que há restrições as ações a serem concretizadas, se fazendo necessária também a apresentação de prazos e recursos, tendo como referência para o plano de obras, regularização fundiária e plano de ação social o artigo 51 do Plano Diretor Estratégico, bem como o artigo 48 e seu conteúdo. Destacou o papel do Conselho em acompanhar e conhecer a ZEIS. No diagnóstico territorial e social, todos que estão no perímetro deverão participar do diagnóstico participativo, para complementarem com as necessidades e sonhos. Informou ainda que a partir do momento que se entende o que é ZEIS, a comunidade pode passar para o que queremos desta ZEIS; os sonhos e solução para transformar o território onde residem. O importante é identificar como se fosse construir aos

poucos, mas com propriedade de onde se quer chegar. A Sra. Hemellin quis saber o prazo que se leva para elaborar o Plano de Urbanização de ZEIS e a Sra. Patricia Saran explicou que a elaboração do plano pode deve ser realizada em fases, e o tempo depende da periodicidade dos encontros. A Sra. Maria José informou que é necessária à atualização dos diagnósticos existentes, que não retrata a realizada hoje. Informou também que a atualização cadastral de toda área, para identificar como está hoje levará perto de dois meses e irá depender da Equipe da IEME, sendo que neste momento há impossibilidade nesta ação em razão da licitação, e que fará uma consulta em SEHAB e trará uma devolutiva ao Conselho. A Sra. Jupira explicou aos presentes que o Plano de Zeis é um Plano Diretor da Comunidade, com indicação do que queremos que tenha na Comunidade e o que pode ser construído, como comércio, escola, vaga de estacionamento, moradias, e deve considerar que a Zeis está no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que tem diretriz e um plano urbanístico que prevê intervenções no perímetro e entorno da Zeis. Sugeriu verificar no EIA RIMA da OUC Água Branca o que já foi analisado do território, para não fazer um trabalho redobrado. Alertou para a diferença entre as reformas que estão sendo propostas pela Secretaria de Habitação para serem realizadas na Comunidade, destacando que a Lei da OUCAB contemplou em um dos seus artigos uma antiga reivindicação desta Comunidade desde 2010, que é a reforma emergencial que previu a troca de telhados, de caixas de água e de reboco de algumas fachadas e realizar uma obra de drenagem de algumas vielas, e que esse é um dos artigos da Lei da OUCAB que está sob fiscalização do Ministério Público. Reitera que a obra emergencial prevista na Lei da OUCAB não trata das obras que a SEHAB propõe desde 2016 e está contratando para realizar nos Conjuntos Habitacionais, para obter o AVCB, e essa diferença precisa ser lembrada, porque hoje há uma confusão quando se fala das obras que o Ministério Público cobra da SEHAB. A Sra. Jupira e o Sr. Emerson informaram que em reunião que participaram sobre a OUCAB com o Sr. Fernando Chucre, atual Secretário de Desenvolvimento Urbano, relataram para o Secretário, que conhece bem a comunidade e os itens da reforma emergencial da Lei da OUCAB, pois quando foi da pasta da Habitação esteve na Comunidade e realizou várias reuniões com seus representantes, que a obra emergencial de drenagem das vielas ainda não foi executada e está prevista só na última etapa do plano de obras da SEHAB, e lembraram que ele havia dito que a SEHAB mantém um convênio com a SABESP pelo qual poderia ser realizada a drenagem das vielas, e o Secretário solicitou para a Sra. Denise, Gerente de Operações Urbanas da SP Urbanismo verificar se isso é de fato possível. Na sequência a Sra. Jupira avaliou que a proposta de metodologia participativa apresentada é ideal para entender o que é urgente, emergente e necessário, sendo que a seu ver remover as famílias, conforme proposto no plano de obras da SEHAB para requalificação dos Conjuntos Habitacionais, não é a

necessidade principal. Sugeriu a realização de oficinas com a comunidade para entender o que querem o que precisam e o que é melhor para eles, respeitando as regras e a legislação, e para isso, sugere suspender o processo de contratação de obras por ata de preço informado pela SEHAB, enquanto a comunidade elabora com a prefeitura o Plano de Zeis, para posteriormente, SEHAB ajustar as obras a serem contratadas. O Sr. Luiz Fernando destacou as questões técnicas e de responsabilidade civil, e a cobrança do Ministério Público junto à SEHAB quanto ao AVCB dos conjuntos habitacionais da cidade. O Sr. Emerson relatou que em dezembro de 2017, sem qualquer discussão previa com a comunidade, SEHAB informou que removeria moradias para iniciar a obra no Cingapura, e reafirmou que é possível resolver itens do AVCB, como o gás, sem remover as famílias.

A Sra. Patricia Saran sugere que, uma vez a metodologia participativa aprovada pelo Conselho, se inicie as fases previstas pelas análises do diagnóstico existente e a sua atualização, considerando os estudos existentes na SP Urbanismo, Lei da OUCAB e SEHAB, para identificar os problemas emergenciais e classificá-los, seguindo assim um planejamento de gestão e resultados, destacando o ordenamento do planejamento, afim de que o tempo seja melhor aproveitado. Questiona quais serão os próximos passos, bem como seus prazos e ações necessárias, afim de que os resultados sejam atingidos O Sr. José Angelo (morador do FUNAPS) se posicionou para relatar que a caixa d' água do seu empreendimento está vazando e infiltrando água em sua laje que parece uma piscina. Foram anotados os dados do morador para providenciar uma vistoria no imóvel. A Sra. Jupira solicitou que as fotos aéreas da comunidade, tiradas pela SEHAB no dia da votação, sejam compartilhadas para serem usadas no diagnóstico territorial e a Sra. Ana Carolina explicou que acompanha o Conselho desde que ele começou e julga como emergencial olhar nos empreendimentos e resolver os problemas de dentro para fora, que deve ter calma e arrumar as coisas por etapas, pois entende que tem muita coisa para fazer. Entende que há muito tempo a Comunidade está desse jeito e avalia que as pessoas já estão acostumadas, sendo necessário envolve-las para terem outro olhar. Avalia também que os representantes da comunidade aprenderam muito participando do primeiro conselho e que agora irão aplicar o que aprenderam. A Sra. Maria José, sugeriu uma discussão conjunta com o Departamento de Obras para apresentar quais são as obras emergenciais. O Sr. Emerson retomou o que foi tratado com o Secretário Fernando Chucre sobre os itens da reforma emergencial, lembrando que há recursos da OUCAB para isso, que o reboco não se soltou mais desde que a Construtora finalizou a obra, e tem a impressão que a SEHAB quer somente remover as famílias, sendo que há problemas que precisam ser removidos com urgência como a drenagem das vielas. A Sra. Maria José irá contatar a equipe

de obras a fim de apresentar para a comunidade, a necessidade das obras emergenciais. A Sra. Jupira sugeriu resgatar os relatórios de vistorias encomendados pelo Ministério Público em 2015 e 2016, objetivando compará-los com os relatórios elaborados pela empresa contratada. O Sr. Adriano explicou detalhadamente sobre como foi a contratação dos serviços da Empresa Itajaí, em 2015, por meio de atas de preço e a execução das obras em etapas, como também a substituição dos serviços devido ao comprometimento com a liberação dos recursos e prazos e a proposta atual. O Sr. Emerson manifestou ser contrário à substituição feita dos serviços previstos sem que o Conselho fosse consultado.

Ficou acordado com os (as) conselheiros (as) que a próxima reunião será realizada dia 11 de Março de 2019, às 18h30, no CEI Aníbal Di Francia, reunião, tendo como pauta a apresentação dos relatórios de risco elaborados a pedido do Ministério Público e apresentação do diagnóstico sócio- territorial de 2009.

**Participantes do Conselho Gestor, conforme lista de presença anexa.**

Adriana Patricia Boajo (Membro da Sociedade Civil)

Ana Carla Pereira dos Santos (Membro da Sociedade Civil)

Ana Carolina Pereira Santos (Membro da Sociedade Civil)

Emerson da Silva (Membro da Sociedade Civil)

Hemelin Rodrigues dos Santos (Membro da Sociedade Civil)

Quiteria Vitor de Lima (Sonia) (Membro da Sociedade Civil)

Taime Bruna Américo (Membro da Sociedade Civil)

Severina Josefa Cardoso (Membro da Sociedade Civil)

Adriano Fávero (Membro do Poder Público)

Deodoro Oliveira (Membro do Poder Público)

Luiz Fernando de G. Viana (Membro do Poder Público)

Maria José do Prado Silva (Membro do Poder Público)

Patrícia Saran (Membro do Poder Público)

Jupira Cauhy (Membro da Sociedade Civil/ OUCAB)

Lory Siqueira (Gerenciadora Social/Diagonal)

Rosana Jobbagy (Gerenciadora Social / Diagonal)

Responsável pelo registro desta Ata: Rosana Jobbagy